

ANO II - EDIÇÃO Nº 419 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 7 de dezembro de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 112/2017

Estabelece o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício 2017, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 17, incisos VIII, f, e XII, b e i, da Lei Complementar nº 51/2008;

Considerando a frustração de receitas do Estado do Tocantins, que traz a necessidade da Administração Pública contingenciar os seus recursos;

Considerando o Decreto nº 5.743, de 30 de novembro de 2017, do Poder Executivo, que estabelece o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício de 2017, e adota outras providências;

Considerando a necessidade da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins de promover medidas que visem a contenção de despesas, em especial os dispêndios com custeio e investimento, a fim de ajustá-las ao fluxo financeiro da Fazenda Estadual, em face das restrições decorrentes da frustração de arrecadação; e

Considerando a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Ministério Público do Tocantins, que se dá, entre outras ações, com o equilíbrio entre o montante das cotas duodecimais e as despesas públicas no exercício;

RESOLVE:

Artigo 1º. Contingenciar as despesas do orçamento anual para o exercício de 2017, aprovado pela Lei 3.177, de 28 de dezembro de 2016, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme Anexo Único – Demonstrativo da Limitação de Despesas – art. 28 LDO 2017.

Artigo 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. É revogado o Ato 035, de 03 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO - DEMONSTRATIVO DA LIMITAÇÃO DE DESPESAS – ART. 28 LDO 2017.

Tabela 1 – Valores contingenciados – Fonte 0100 – Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	PLANO INTERNO	VALOR (R\$)
070100	0100	4.4.90.51	102301	R\$ 2.634.474,00
070100	0100	3.3.90.30	103701	R\$ 66.260,00
070100	0100	3.3.90.39	103701	R\$ 52.400,00
070100	0100	3.3.90.31	107901	R\$ 20.000,00
070100	0100	3.3.90.39	107901	R\$ 40.000,00
070100	0100	3.3.90.14	108201	R\$ 17.600,00
070100	0100	3.3.90.30	108201	R\$ 13.600,00
070100	0100	3.3.90.39	108201	R\$ 37.927,00
070100	0100	4.4.90.51	108201	R\$ 400.000,00
070100	0100	4.4.90.52	108201	R\$ 360.559,00
070100	0100	4.4.90.52	108801	R\$ 556.099,00
070100	0100	3.3.90.39	112701	R\$ 250.000,00
070100	0100	3.3.90.14	209901	R\$ 19.000,00
070100	0100	3.3.90.92	209901	R\$ 190,00
070100	0100	3.3.90.14	210001	R\$ 9.000,00
070100	0100	3.3.90.33	210001	R\$ 10.000,00
070100	0100	3.3.90.14	210101	R\$ 14.000,00
070100	0100	3.3.90.15	210101	R\$ 4.658,00
070100	0100	3.3.90.30	210101	R\$ 7.399,00
070100	0100	3.3.90.33	210101	R\$ 10.000,00
070100	0100	3.3.90.37	210101	R\$ 77.029,00
070100	0100	3.3.90.39	210101	R\$ 70.221,00
070100	0100	3.3.90.92	210101	R\$ 404,00
070100	0100	3.3.90.14	214701	R\$ 300,00
070100	0100	3.3.90.15	214701	R\$ 6.281,00
070100	0100	3.3.90.36	214701	R\$ 1.600,00
070100	0100	3.3.90.39	214701	R\$ 1.400,00
070100	0100	3.3.90.14	214801	R\$ 5.000,00
070100	0100	3.3.90.33	214801	R\$ 1.000,00
070100	0100	3.3.90.39	214801	R\$ 60.158,00
070100	0100	3.3.90.14	214901	R\$ 240.989,00
070100	0100	3.3.90.30	214901	R\$ 16.060,00
070100	0100	3.3.90.31	214901	R\$ 3.000,00
070100	0100	3.3.90.33	214901	R\$ 27.000,00
070100	0100	3.3.90.36	214901	R\$ 500,00
070100	0100	3.3.90.39	214901	R\$ 117.224,00
070100	0100	3.3.90.92	214901	R\$ 884,00
070100	0100	3.3.90.93	214901	R\$ 27.000,00
070100	0100	3.3.90.14	221001	R\$ 16.000,00
070100	0100	3.3.90.15	221001	R\$ 3.000,00
070100	0100	3.3.90.30	221001	R\$ 94.459,00
070100	0100	3.3.90.31	221001	R\$ 1.000,00
070100	0100	3.3.90.36	221001	R\$ 43.065,00
070100	0100	3.3.90.39	221001	R\$ 507.040,00
070100	0100	3.3.90.47	221001	R\$ 2.337,00
070100	0100	3.3.90.92	221001	R\$ 4.259,00
070100	0100	4.4.90.52	221001	R\$ 26.400,00
070100	0100	3.3.90.08	228401	R\$ 33.799,00
070100	0100	3.3.90.93	228401	R\$ 276.129,00
070100	0100	3.3.90.14	228501	R\$ 35.000,00
070100	0100	3.3.90.39	228501	R\$ 296.883,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	PLANO INTERNO	VALOR (R\$)
070100	0100	3.3.90.14	229401	R\$ 4.000,00
070100	0100	3.3.90.30	229401	R\$ 251.541,00
070100	0100	3.3.90.39	229401	R\$ 26.564,00
070100	0100	3.3.90.92	229401	R\$ 617,00
070100	0100	3.3.90.30	231001	R\$ 33.344,00
070100	0100	3.3.90.39	231001	R\$ 77.838,00
070100	0100	3.3.90.47	231001	R\$ 1.872,00
070100	0100	3.3.90.92	231001	R\$ 1.022,00
070100	0100	3.3.90.39	233901	R\$ 20.000,00
TOTAL				R\$ 6.935.385,00

Tabela 2 – Valores Contingenciados – Fonte 0104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	PLANO INTERNO	VALOR (R\$)
080500	0104	3.4.4.90.52	307501	R\$ 7.068,00
TOTAL				R\$ 7.068,00

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

Ouidoria do Ministério Público

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouidora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 842/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, em substituição, exercerem os cargos comissionados especificados durante o recesso natalino, férias e demais ausências legais dos respectivos titulares, conforme a seguir:

CARGO	SUBSTITUTO	PERÍODO	DEPARTAMENTO
Diretor Geral	Francisco das Chagas dos Santos	26/12/2017 a 06/01/2018	Diretoria Geral
Diretor de Expediente	William Lemes Gomes	20/12/2017 a 06/01/2018	Diretoria de Expediente
Chefe de Departamento	César de Amorim Rodrigues	20/12/2017 a 06/01/2018	Assessoria de Cerimonial
Chefe de Departamento	Maria Helena Lima Pereira Neves	20/12/2017 a 06/01/2018	Departamento Administrativo
Chefe de Departamento	Denise Soares Dias Daianne Fernandes Silva	20 a 26/12/2017 27/12/2017 a 06/01/2018	Assessoria de Comunicação
Chefe de Departamento	Elias Fonseca de Oliveira	20/12/2017 a 25/12/2017	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
Chefe de Departamento	Leonardo Francisco Umino	20/12/2017 a 01/01/2018	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - Departamento de Análise de Dados e Informações
Chefe de Departamento	Agnel Rosa dos Santos Póvoa	28/12/2017 a 06/01/2018	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação
Chefe da Secretaria do Conselho Superior	Allane Thassia Tenório	20/12/2017 a 06/01/2018	Conselho Superior
Chefe de Cartório	Sóstenes Feitosa de Carvalho	20/12/2017 a 06/01/2018	Cartório de 2ª Instância
Presidente da Comissão Permanente de Licitação	Renato Alves do Couto	20/12/2017 a 06/01/2018	Comissão Permanente de Licitação
Chefe de Gabinete	Adriany Paula Pereira Silva Vieira Luiza Alves de Souza	20/12/2017 a 28/12/2017 29/12/2017 a 06/01/2018	Corregedoria-Geral
Encarregado de Área	Mychella Elena Andrade de Souza	20/12/2017 a 27/12/2017	Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico
Encarregado de Área	Kamilla Laranjeira Sodré	26/12/2017 a 06/01/2018	Diretoria de Expediente
Encarregado de Área	Kátia Gonçalves Soares Correa Rocha Valdiná Borges Carvalho Maciel	01/01/2018 a 06/01/2018 20/12/2017 a 31/12/2017	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
Encarregado de Área	David Antônio da Silva	20/12/2017 a 06/01/2018	Protocolo Geral
Encarregado de Área	Renata de Oliveira Pinto Descardeci	20/12/2017 a 06/01/2018	Arquivo Geral
Encarregado de Área	Elinalva do Nascimento Ramos	20/12/2017 a 06/01/2018	Cartório da Assessoria Especial Jurídica
Encarregado de Área	Carlos Osmã de Almeida	20/12/2017 a 31/12/2017	Área de suporte de serviços administrativos
Encarregado de Área	Josemar Batista da Silva Edinaldo da Silva de Oliveira	20/12/2017 a 25/12/2017 26/12/2017 a 06/01/2018	Área de almoxarifado

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 843/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça FLÁVIA SOUZA RODRIGUES para responder cumulativamente pela 23ª

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Promotoria de Justiça da Capital, no dia 04 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de dezembro de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 844/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR o servidor CÉSAR DE AMORIM RODRIGUES, Técnico Ministerial, matrícula nº 100410, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe da Assessoria de Cerimonial do Ministério Público, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2017 e de 08 a 12 de janeiro de 2018, por motivo de afastamento para fruição do banco de horas da servidora Mônica Cristina do Carmo Farias, titular do cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 845/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 05 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 846/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça Substituta LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 07 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 847/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, em substituição, exercerem os cargos comissionados especificados durante o recesso natalino dos respectivos titulares, conforme a seguir:

CARGO	SUBSTITUTO	PERÍODO	DEPARTAMENTO
Chefe de Departamento	Luciele Ferreira Marchezan	20/12/2017 a 28/12/2017	Planejamento e Gestão
	João da Silva Macedo	29/12/2017 a 06/01/2018	
Encarregado de Área	Liz Fernanda Frota Amaral Marques	20/12/2017 a 06/01/2018	Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de dezembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO Nº 006/2017

PROCESSO: 2017.0701.00518

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO e o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

OBJETO: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, visando a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos – SINALID.

VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, dia 22/11/2017.

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e Raquel Elias Ferreira Dodge – Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2017

PROCESSO: 2017.0701.00440

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO, por intermédio de sua Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ, o Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins - DETRAN/TO e o Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins – CETRAN/TO.

OBJETO: Articular e conjugar esforços dos partícipes com o intuito de avocar os municípios do Estado do Tocantins à integração ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, com exceção dos municípios tocaninenses que já estão com o trânsito municipalizado.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data da publicação no Diário Oficial Eletrônico do MP/TO.

DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, Eudilon Donizete Pereira – Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins e Francisco Antônio Benevides de Sousa – Presidente do Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE Nº 014/2017

PROCESSO: 2017.0701.00455
PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO, por intermédio de sua Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ e a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPE/DF.
OBJETO: Cessão do software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e área finalística.
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 06/12/2017.
SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ricardo Batista Sousa – Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 15/01/2018, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 043/17, processo nº 2017/0701/00471, objetivando a Concessão de uso de espaço público, com área de 47,00 m², para instalação e exploração de serviços de lanchonete dentro da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas-TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 06 de dezembro de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO CSMP Nº 048/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao Edital nº. 380, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 4º Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins, pelo critério de Antiguidade, do candidato Paulo Sérgio Ferreira de Almeida.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação

no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 049/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao Edital nº. 381, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 3º Promotor de Justiça da Capital, pelo critério de Merecimento, dos candidatos Kátia Chaves Gallieta, Delveaux Vieira Prudente Júnior, Luiz Antônio Francisco Pinto e Paulo Sérgio Ferreira de Almeida.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 050/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao Edital nº. 382, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 8º Promotor de Justiça de Araguaína, pelo critério de Antiguidade, dos candidatos Rafael Pinto Alamy, Breno de Oliveira Simonassi e Paulo Sérgio Ferreira de Almeida.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 051/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de desistência ao Edital nº. 383, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 2º Promotor de Justiça de Gurupi, pelo critério de Merecimento, dos candidatos Luiz Antônio Francisco Pinto, Ana Lúcia Gomes Vanderley Bernardes, Décio Gueirado Júnior, Tarso Rizo Oliveira Ribeiro, Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira e Paulo Sérgio Ferreira de Almeida.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 052/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao Edital nº. 268, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 2º Promotor de Justiça de Augustinópolis, pelo critério de Antiquidade, do candidato Elizon de Souza Medrado.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 053/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao Edital nº. 269, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Ananás, pelo critério de Merecimento, da candidata Ruth Araújo Viana.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 054/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de desistência ao Edital nº. 271, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº. 383, em 13/10/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Xambioá, pelo critério de Merecimento, da candidata Ruth Araújo Viana.

Art. 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

**PAUTA DA 185ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
12/12/2017 – 9h**

- 1 Apreciação de Ata;
- 2 Continuidade do Julgamento dos Autos CSMP nº 028/2017 (Procedimento Administrativo Disciplinar). Representante: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Representado: L. A. A. P., Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho);
- 3 Julgamento dos Autos CSMP nº 029/2017 (Procedimento Administrativo Disciplinar). Representante: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Representado: R. R. F. M., Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
- 4 Julgamento de Concursos de Remoção/Promoção:
 - 4.1 Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 3ª Entrância:
 - 4.1.1 Autos CSMP nº 093/2017 – Edital nº 380/2017 – 4º Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins – Critério: Antiquidade (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);
 - 4.1.2 Autos CSMP nº 094/2017 – Edital nº 381/2017 – 3º Promotoria de Justiça da Capital – Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho);
 - 4.1.3 Autos CSMP nº 095/2017 – Edital nº 382/2017 – 8º Promotor de Justiça de Araguaína – Critério: Antiquidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
 - 4.1.4 Autos CSMP nº 096/2017 – Edital nº 383/2017 – 2º Promotor de Justiça de Gurupi – Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
 - 4.2 Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 2ª Entrância:
 - 4.2.1 Autos CSMP nº 097/2017 – Edital nº 267/2017 – Promotor de Justiça de Filadélfia – Critério: Merecimento (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.2.2 Autos CSMP nº 098/2017 – Edital nº 268/2017 – 2º Promotor de Justiça de Augustinópolis – Critério: Antiquidade (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);
 - 4.2.3 Autos CSMP nº 099/2017 – Edital nº 269/2017 - Promotor de Justiça de Ananás – Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho);
 - 4.2.4 Autos CSMP nº 100/2017 – Edital nº 270/2017 – Promotor de Justiça de Arapoema – Critério: Antiquidade (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
 - 4.2.5 Autos CSMP nº 101/2017 – Edital nº 271/2017 - Promotor de Justiça de Xambioá – Critério: Merecimento (Relator/Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
- 4.3 Julgamento dos Concursos de Remoção/Promoção às Promotorias de Justiça de 1ª Entrância:
 - 4.3.1 Autos CSMP nº 102/2017 – Edital nº 187/2017 – Promotor de Justiça de Itacajá – Critério: Antiquidade (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.3.2 Autos CSMP nº 103/2017 – Edital nº 188/2017 – Promotor de Justiça de Aurora do Tocantins – Critério: Merecimento (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.3.3 Autos CSMP nº 104/2017 – Edital nº 189/2017 – Promotor de Justiça de Goiatins – Critério: Antiquidade (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.3.4 Autos CSMP nº 105/2017 – Edital nº 190/2017 – Promotor de Justiça de Axixá do Tocantins – Critério: Merecimento (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.3.5 Autos CSMP nº 106/2017 – Edital nº 191/2017 – Promotor de Justiça de Wanderlândia – Critério: Antiquidade (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.3.6 Autos CSMP nº 107/2017 – Edital nº 192/2017 – Promotor de Justiça de Almas – Critério: Merecimento (Não distribuído – Não houve inscrito);
 - 4.3.7 Autos CSMP nº 108/2017 – Edital nº 193/2017 – Promotor de Justiça de Pium – Critério: Antiquidade (Não distribuído – Não houve inscrito);
- 5 Autos CSMP nº 009/2017 – Interessado: Promotor de Justiça Sidney Fiori Júnior. Assunto: Requerimento de pontuação por contribuição ao aprimoramento institucional (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 6 Autos CSMP nº 012/2017 – Interessado: Promotora de Justiça Kátia Chaves Gallietta. Assunto: Requerimento de pontuação por contribuição ao aprimoramento institucional. (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 7 Autos CSMP nº 013/2017 – Interessada: Promotora de Justiça Ana Paula Reigota Ferreira Catini. Assunto: Requerimento de análise de Pontuação (Relator José Demóstenes de Abreu);
- 8 E-doc nº 07010189822201715 - Interessada: Natália Fernandes Machado Nascimento, Membro da Comissão do Sistema da Área Finalística. Assunto: Solicita deliberação quanto a funcionalidade relacionada a sigilosidade de Autos no Sistema E-Ext;
- 9 E-doc nº 07010189700201711 – Interessado: Promotor de Justiça Octahydes Ballan Júnior. Assunto: Requer referendo, pelo Conselho Superior, das Portarias nº 17/2017 e 300/2017, referente as designações realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, a, da Resolução CSMP nº 001/2012;
- 10 Requerimento de referendo de Portarias de designação para composição de Comissões instituídas pela Procuradoria-Geral de Justiça, formulado pela Promotora de Justiça Maria Cotinha Bezerra Pereira, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, a, da Resolução CSMP nº 001/2012;
- 11 Processo Administrativo nº 2017/12796 – Interessado: Promotor de Justiça Vinícius de Oliveira e Silva. Assunto: Requerimento para Residir fora da Comarca de sua Titularidade; (Subprocurador-Geral de Justiça José Omar de Almeida Júnior);
- 12 E-doc nº 07010189741201715 - Interessada: Procuradora de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira – Coordenadora do CESAF. Assunto: Encaminha Projeto Pedagógico da Palestra: “DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O USO SEGURO DA INTERNET”, para conhecimento e aprovação, nos termos do Art. 21, Parágrafo Único da Resolução CSMP nº 001/2012;
- 13 E-doc nº 07010187449201751 - Interessado: Promotor de Justiça Luiz Antônio Francisco Pinto. Assunto: Encaminha cópia do certificado de conclusão de mestrado profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, cursado na UFT/ESMAT entre os anos 2015-2017;
- 14 E-doc nº 07010188495201776 - Interessado: Promotor de Justiça Thiago Ribeiro Franco Vilela. Assunto: Encaminha comprovante de frequência em curso de aperfeiçoamento funcional, Curso de Pós-Graduação em Direito - nível Mestrado;
- 15 E-doc nº 07010189596201764 - Interessado: Promotor de Justiça Octahydes Ballan Júnior. Assunto: Comunica conclusão do curso de pós-graduação em Estado de Direito e Combate à Corrupção, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT);
- 16 E-doc nº 07010185813201747 – Interessado: Dr. Milton Quintana, Promotor de Justiça de Paranã. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Recomendação nº

002/2017 expedida nos autos de Inquérito Civil Público nº 004/2017;	19.23 E-doc nº 07010186249201781 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003148 (1ª P.J. de Cristalândia);
17 Mem. nº 049/2017/SCPJ – Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Encaminha os Autos CPJ nº 027/2017, para análise da possibilidade de instalação e vacância da Promotoria de Justiça de São Sebastião, para remanejamento à 2ª Promotoria de Justiça de Colméia;	19.24 E-doc nº 07010186518201716 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003171 (2ª P.J. de Colinas);
18 E-doc nº 07010189491201713 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha Relatório de Inspeção das Promotorias de Justiça de Filadélfia, Goiatins, Itacajá, 1ª e 2ª de Pedro Afonso;	19.25 E-doc nº 07010185889201772 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003103 (9ª P.J. da Capital);
19 Expedientes informando instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:	19.26 E-doc nº 07010185991201778 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002244 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
19.1 E-doc nº 07010185474201715 – Inquérito Civil Público nº 033/2017 (P.J. de Ponte Alta);	19.27 E-doc nº 07010186583201733 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003119 (9ª P.J. de Araguaína);
19.2 E-doc nº 07010187093201754 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002244 (2ª P.J. de Pedro Afonso);	19.28 E-doc nº 07010186994201729 - Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.24.0229 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
19.3 E-doc nº 07010187103201751 – Inquérito Civil Público nº 024/2017 (P.J. de Alvorada);	19.29 E-doc nº 07010186925201715 - Inquérito Civil Público nº 028/2017 (P.J. de Colméia);
19.4 E-doc nº 07010187621201775 – Inquérito Civil Público nº 002/2017 (P.J. de Aurora);	19.30 E-doc nº 07010187456201751 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002332 (1ª P.J. de Cristalândia);
19.5 E-doc nº 07010187674201796 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003324 (1ª P.J. de Tocantinópolis);	19.31 E-doc nº 07010187475201788 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003292 (9ª P.J. Capital);
19.6 E-doc nº 07010188191201717 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 03/2017, 07/2017, 08/2017, 14/2017, 15/2017, 16/2017, 17/2017, 18/2017, 19/2017, 20/2017, 21/2017 e 22/2017 (P.J. de Aurora – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva);	19.32 E-doc nº 07010187483201724 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002890 (P.J. de Itacajá);
19.7 E-doc nº 07010188523201755 - Inquérito Civil Público nº 011/2017 (P.J. de Peixe);	19.33 E-doc nº 07010187582201714 - Inquérito Civil Público nº 079/2017 (5ª P.J. de Porto Nacional);
19.8 E-doc nº 07010188529201722 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003422 (9ª P.J. da Capital);	19.34 E-doc nº 07010187620201721 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003272 (9ª P.J. de Araguaína);
19.9 E-doc nº 07010188625201771 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 017/2017 e 018/2017 (P.J. de Filadélfia);	19.35 E-doc nº 07010187626201714 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003324 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
19.10 E-doc nº 07010185613201794 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001477 (4ª P.J. de Porto Nacional);	19.36 E-doc nº 07010187770201734 - Inquérito Civil Público nº 2017.0000389 (22ª P.J. da Capital);
19.11 E-doc nº 07010185732201747 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003084 (2ª P.J. de Colinas);	19.37 E-doc nº 07010187860201725 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003357 (1ª P.J. de Cristalândia);
19.12 E-doc nº 07010185681201753 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003056 (9ª P.J. da Capital);	19.38 E-doc nº 07010187840201754 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003356 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
19.13 E-doc nº 07010185728201789 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003082 (2ª P.J. de Colinas);	19.39 E-doc nº 07010187328201716 - Inquérito Civil Público nº 118/2017 (22ª P.J. da Capital);
19.14 E-doc nº 07010185729201723 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003083 (2ª P.J. de Colinas);	19.40 E-doc nº 07010187925201732 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003365 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
19.15 E-doc nº 07010185710201787 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003063 (28ª P.J. da Capital);	19.41 E-doc nº 07010187964201731 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003366 (P.J. de Araguaema);
19.16 E-doc nº 07010185707201763 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003061 (2ª P.J. de Colinas);	19.42 E-doc nº 07010188095201761 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001909 (6ª P.J. de Araguaína);
19.17 E-doc nº 07010185242201741- Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.24.0219 (24ª P.J. da Capital);	19.43 E-doc nº 07010188102201724 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000857 (P.J. de Ananás);
19.18 E-doc nº 07010185242201741 - Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.24.0218 (24ª P.J. da Capital);	19.44 E-doc nº 07010188115201711 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001901 (6ª P.J. de Araguaína);
19.19 E-doc nº 07010185708201716 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003062 (2ª P.J. de Colinas);	19.45 E-doc nº 07010188374201724 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002933 (6ª P.J. de Araguaína);
19.20 E-doc nº 07010185216201712 - Inquérito Civil Público nº 026/2017 (P.J. de Colméia);	19.46 E-doc nº 07010188294201779 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000431 (23ª P.J. da Capital);
19.21 E-doc nº 07010185919201741 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002887 (P.J. de Miranorte);	19.47 E-doc nº 07010188195201797 – Inquérito Civil Público nº 024/2017 (9ª P.J. de Araguaína);
19.22 E-doc nº 07010186097201715 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001426 (P.J. de Ponte Alta);	19.48 E-doc nº 07010188516201753 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000713 (6ª P.J. de Araguaína);
	19.49 E-doc nº 07010188527201733 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002811 (P.J. de Goiatins);
	19.50 E-doc nº 0701018861420179 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000864 (P.J. de Araguaema);
	19.51 E-doc nº 07010188694201784 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001327 (6ª P.J. de Araguaína);
	19.52 E-doc nº 07010188704201781 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002468 (9ª P.J. da Capital);
	19.53 E-doc nº 07010188724201752 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001407 (6ª P.J. de Araguaína);

19.54 E-doc nº 07010189007201748 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000717 (28ª P.J. da Capital);	20 Expedientes comunicando instauração de Procedimentos Preparatórios:
19.55 E-doc nº 07010188928201793 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003464 (28ª P.J. da Capital);	20.1 E-doc nº 07010186535201745 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002918 (1ª P.J. de Pedro Afonso);
19.56 E-doc nº 07010188980201741 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002557 (9ª P.J. da Capital);	20.2 E-doc nº 07010188401201769 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001336 (12ª P.J. de Araguaína);
19.57 E-doc nº 07010189091201716 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002865 (9ª P.J. da Capital);	20.3 E-doc nº 07010185787201757 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003094 (23ª P.J. da Capital);
19.58 E-doc nº 07010189136201736 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003477 (2ª P.J. de Colinas);	20.4 E-doc nº 07010186328201791 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001743 (27ª P.J. da Capital);
19.59 E-doc nº 07010189509201779 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000267 (28ª P.J. da Capital);	20.5 E-doc nº 07010186330201761 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001744 (27ª P.J. da Capital);
19.60 E-doc nº 07010189803201781 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 10; 13; 14; 15; 16/2017 (P.J. de Filadélfia);	20.6 E-doc nº 07010186337201781 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000434 (27ª P.J. da Capital);
19.61 E-doc nº 07010185228201747 – Inquérito Civil Público nº 022/2017 (P.J. Colméia);	20.7 E-doc nº 07010186353201774 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000548 (27ª P.J. da Capital);
19.62 E-doc nº 07010185285201726 – Inquérito Civil Público nº 025/2017 (P.J. Colméia);	20.8 E-doc nº 07010186335201792 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001740 (27ª P.J. da Capital);
19.63 E-doc nº 07010185300201736 – Inquérito Civil Público nº 027/2017 (P.J. Colméia);	20.9 E-doc nº 07010186340201711 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000446 (27ª P.J. da Capital);
19.64 E-doc nº 07010185247201773 – inquérito Civil Público nº 023/2017 (P.J. Colméia);	20.10 E-doc nº 07010186345201728 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000459 (27ª P.J. da Capital);
19.65 E-doc nº 07010185260201722 – Inquérito Civil Público nº 024/2017 (P.J. Colméia);	20.11 E-doc nº 07010186347201717 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000483 (27ª P.J. da Capital);
19.66 E-doc nº 07010186852201761 – inquérito Civil Público nº 2017.0000748 (P.J. Ponte Alta);	20.12 E-doc nº 07010186349201714 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000520 (27ª P.J. da Capital);
19.67 E-doc nº 07010187268201723 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002619 (P.J. de Figueirópolis);	20.13 E-doc nº 07010186351201785 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001911 (27ª P.J. da Capital);
19.68 E-doc nº 07010187041201788 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003214 (9ª P.J. da Capital);	20.14 E-doc nº 07010186357201752 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000551 (27ª P.J. da Capital);
19.69 E-doc nº 07010187120201799 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003003 (P.J. de Arapoema);	20.15 E-doc nº 07010186359201741 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000541 (27ª P.J. da Capital);
19.70 E-doc nº 07010187870201761 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 02,04,05,06,09,10,11,12 e 13/2017 (P.J. de Aurora do Tocantins);	20.16 E-doc nº 07010186363201718 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000563 (27ª P.J. da Capital);
19.71 E-doc nº 07010189179201711 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002923 (9ª P.J. de Araguaína);	20.17 E-doc nº 07010186367201798 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001971 (27ª P.J. da Capital);
19.72 E-doc nº 07010189176201788 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002899 (9ª P.J. de Araguaína);	20.18 E-doc nº 07010186369201787 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000589 (27ª P.J. da Capital);
19.73 E-doc nº 07010189174201799 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002716 (9ª P.J. de Araguaína);	20.19 E-doc nº 07010186373201745 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000584 (27ª P.J. da Capital);
19.74 E-doc nº 07010189172201716 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002694 – Portaria nº 1105/2017 (9ª P.J. da Capital);	20.20 E-doc nº 07010186377201723 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002294 (27ª P.J. da Capital);
19.75 E-doc nº 07010189582201741 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003535 – Portaria nº 1113/2017 (P.J. de Goiás);	20.21 E-doc nº 07010186379201712 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002290 (27ª P.J. da Capital);
19.76 E-doc nº 07010189782201711 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003544 – Portaria nº 1114/2017 (8ª P.J. de Gurupi);	20.22 E-doc nº 07010186381201791 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000899 (27ª P.J. da Capital);
19.77 E-doc nº 07010189827201731 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003591 – Portaria nº 1120/2017 (2ª P.J. de Colinas);	20.23 E-doc nº 07010186383201781 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002444 (27ª P.J. da Capital);
19.78 E-doc nº 07010189964201774 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003603 (2ª P.J. Tocantinópolis);	20.24 E-doc nº 07010186386201714 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001022 (27ª P.J. da Capital);
19.79 E-doc nº 07010190109201714 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002467 (2ª P.J. de Cristalândia);	20.25 E-doc nº 07010186389201758 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001052 (27ª P.J. da Capital);
19.80 E-doc nº 07010190147201769 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003058 (P.J. Wanderlândia);	20.26 E-doc nº 07010186391201727 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001056 (27ª P.J. da Capital);
	20.27 E-doc nº 07010186428201717 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000704 (27ª P.J. da Capital);

20.28 E-doc nº 07010186431201731 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002505 (27ª P.J. da Capital);	Preparatório nº 2017.0001050 (27ª P.J. da Capital);
20.29 E-doc nº 07010186438201752 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002504 (27ª P.J. da Capital);	20.57 E-doc nº 07010186454201745 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001635 (27ª P.J. da Capital);
20.30 E-doc nº 07010186441201776 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002750 (27ª P.J. da Capital);	20.58 E-doc nº 07010186412201712 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001066 (27ª P.J. da Capital);
20.31 E-doc nº 07010186612201767 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001928 (3ª P.J. de Porto Nacional);	20.59 E-doc nº 07010186417201737 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001064 (27ª P.J. da Capital);
20.32 E-doc nº 07010186628201771 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003172 (27ª P.J. da Capital);	20.60 E-doc nº 07010186419201726 - procedimento Preparatório nº 2017.0001062 (27ª P.J. da Capital);
20.33 E-doc nº 07010186878201718 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003203 (27ª P.J. da Capital);	20.61 E-doc nº 07010186423201794 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001059 (27ª P.J. da Capital);
20.34 E-doc nº 07010186917201779 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003206 (27ª P.J. da Capital);	20.62 E-doc nº 07010186404201768 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001043 (27ª P.J. da Capital);
20.35 E-doc nº 07010186967201756 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003101 (27ª P. J. da Capital);	20.63 E-doc nº 07010186402201779 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001053 (27ª P.J. da Capital);
20.36 E-doc nº 07010186977201791 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002974 (27ª P.J. da Capital);	20.64 E-doc nº 07010186400201781 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001048 (27ª P.J. da Capital);
20.37 E-doc nº 07010187014201713 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002684 (23ª P.J. da Capital);	20.65 E-doc nº 07010186425201783 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001065 (27ª P.J. da Capital);
20.38 E-doc nº 07010187198201711 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002748 (23ª P.J. da Capital);	20.66 E-doc nº 07010188020201781 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003373 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
20.39 E-doc nº 07010187102201715 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003219 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	20.67 E-doc nº 07010188821201745 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003452 (23ª P.J. da Capital);
20.40 E-doc nº 07010187360201793 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003222 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	20.68 E-doc nº 07010188819201776 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003451 (23ª P.J. da Capital);
20.41 E-doc nº 07010187500201723 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001629 (26ª P.J. da Capital);	20.69 E-doc nº 07010188905201789 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003115 (5ª P.J. de Araguaína);
20.42 E-doc nº 07010187832201716 - Procedimento Preparatório nº 015/2017 (22ª P.J. da Capital);	20.70 E-doc nº 07010188888201781 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003460 (23ª P.J. da Capital);
20.43 E-doc nº 07010187897201753 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002709 (6ª P.J. de Gurupi);	20.71 E-doc nº 07010189018201728 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003469 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
20.44 E-doc nº 07010188717201751 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001187 (2ª P.J. de Dianópolis);	20.72 E-doc nº 07010189157201751 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002729 (9ª P.J. da Capital);
20.45 E-doc nº 07010189302201711 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003081 (28ª P.J. da Capital);	20.73 E-doc nº 07010189794201728 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003042 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
20.46 E-doc nº 07010189046201745 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003459 (9ª P.J. de Araguaína);	20.74 E-doc nº 07010189963201721 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003602 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
20.47 E-doc nº 07010189047201791 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003456 (9ª P.J. de Araguaína);	21 Expedientes informando prorrogação de prazo para conclusão de Inquéritos Cíveis Públicos:
20.48 E-doc nº 07010190275201711 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003627(5ª P.J. de Araguaína);	21.1 E-doc nº 07010186864201796 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 02/2016, 03/2016, 04/2016, 05/2016 e 06/2016 (P.J. de Novo Acordo);
20.49 002977 (28ª P.J da Capital);	21.2 E-doc nº 07010188625201771 - Inquéritos Cíveis Públicos 047/2015 e 064/2015 (P.J. de Filadélfia);
20.50 E-doc nº 07010185719201798 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003065 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	21.3 E-doc nº 07010184835201791 - Inquérito Civil Público nº 16/2010 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
20.51 E-doc nº 07010185750201729 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003088 (23ª P.J. da Capital);	21.4 E-doc nº 07010187798201771 - Inquérito Civil Público nº 013/2015 (6ª P.J. de Gurupi);
20.52 E-doc nº 07010186006201741 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001867 (1ª P.J. de Cristalândia);	21.5 E-doc nº 07010187909201741 - Inquérito Civil Público nº 047/2016 (2ª P.J. de Colinas);
20.53 E-doc nº 07010186445201754 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001468 (27ª P.J. da Capital);	21.6 E-doc nº 07010188120201714 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 005/2008; 046/2016; 051/2016; 050/2016; 054/2016; 056/2016; 057/2016; 058/2016; 059/2016; 060/2016; 061/2016; 065/2016; 070/2016; 068/2016; 066/2016; 067/2016; 076/2016; 071/2016; 077/2016; 073/2016; 069/2016; 072/2016; 075/2016; 074/2016; 079/2016; 087/2016; 089/2016; 086/2016; 084/2016; 082/2016; 090/2016; 085/2016; 091/2016; 092/2016;
20.54 E-doc nº 07010186447201743 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003049 (27ª P.J. da Capital);	
20.55 E-doc nº 07010186450201767 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001533 (27ª P.J. da Capita);	
20.56 E-doc nº 07010186410201715 - Procedimento	

- 093/2016; 096/2016; 116/2016; 102/2016; 104/2016; 098/2016; 099/2016; 100/2016; 103/2016; 105/2016; 108/2016; 123/2016; 124/2016; 113/2016; 115/2016; 122/2016; 121/2016; 125/2016; 126/2016; 114/2016; 109/2016; 112/2016; 127/2016; 128/2016; 120/2016; 119/2016; 111/2016; 117/2016; 118/2016; 047/2016; 131/2016; 132/2016; 133/2016; 130/2016 e 001/2017. (9ª P.J. da Capital);
- 21.7 E-doc nº 07010188216201774 – Inquérito Civil Público nº 048/2016 (2ª P.J de Colinas);
- 21.8 E-doc nº 07010188185201751 – Inquérito Civil Público nº 053/2016 (2ª P.J de Colinas);
- 21.9 E-doc nº 07010188486201785 – Inquérito Civil Público nº 054/2016 (2ª P.J de Colinas);
- 21.10 E-doc nº 07010188538201713 – Inquérito Civil Público nº 062/2015 (4ª P.J de Paraíso);
- 21.11 E-doc nº 07010188538201713 – Inquérito Civil Público nº 098/2016 (4ª P.J de Paraíso);
- 21.12 E-doc nº 07010188538201713 – Inquérito Civil Público nº 100/2016 (4ª P.J de Paraíso);
- 21.13 E-doc nº 07010188725201713 – Inquérito Civil Público nº 051/2016 (2ª P.J de Colinas);
- 21.14 E-doc nº 07010188972201711 – Inquérito Civil Público nº 052/2016 (2ª P.J de Arapoema);
- 21.15 E-doc nº 07010188885201746 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001397 (12ª P.J de Araguaína);
- 21.16 E-doc nº 07010188953201777 – Inquérito Civil Público nº 005/2015 (2ª P.J de Colinas);
- 21.17 E-doc nº 07010188971201759 – Inquérito Civil Público nº 053/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.18 E-doc nº 07010188967201791 - Inquérito Civil Público nº 055/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.19 E-doc nº 07010188946201775 - Inquérito Civil Público nº 001/2012 (P.J de Arapoema);
- 21.20 E-doc nº 07010188952201722 - Inquérito Civil Público nº 059/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.21 E-doc nº 07010188961201713 - Inquérito Civil Público nº 058/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.22 E-doc nº 07010188963201711 - Inquérito Civil Público nº 056/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.23 E-doc nº 07010188973201748 - Inquérito Civil Público nº 051/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.24 E-doc nº 07010188975201737 - Inquérito Civil Público nº 037/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.25 E-doc nº 07010188976201781 - Inquérito Civil Público nº 032/2016 (P.J de Arapoema);
- 21.26 E-doc nº 07010189135201791 - Inquérito Civil Público nº 002/2017 (2ª P.J de Colinas);
- 21.27 E-doc nº 07010189444201761 - Inquérito Civil Público nº 006/2017 (12ª P.J de Araguaína);
- 21.28 E-doc nº 07010189443201717 - Inquérito Civil Público nº 007/2014 (5ª P.J de Porto Nacional);
- 21.29 E-doc nº 07010189443201717 - Inquérito Civil Público nº 006/2016 (5ª P.J de Porto Nacional);
- 21.30 E-doc nº 07010189312201731 - Inquérito Civil Público nº 044/2015 (12ª P.J de Araguaína);
- 21.31 E-doc nº 07010189803201781 - Inquérito Civil Público nº 02, 048, 049, 050, 051, 052, 056, 057, 059, 061, 065, 069, 070, 071, 072 e 073 /2015 (12ª P.J de Filadélfia);
- 21.32 E-doc nº 07010190119201741 - Inquérito Civil Público nº 006/2012 (12ª P.J de Alvorada);
- 21.33 E-doc nº 07010185370201794 – Inquérito Civil Público nº 02/2016 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.34 E-doc nº 07010185375201717 – Inquérito Civil Público nº 37/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.35 E-doc nº 07010185466201752 – Inquérito Civil Público nº 030/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.36 E-doc nº 07010186296201723 – Inquéritos Civil Públicos nº 002/2016, 003/2016 e 004/2014 (P.J. de Xambioá);
- 21.37 E-doc nº 07010186961201789 – Inquérito Civil Público nº 056/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 21.38 E-doc nº 07010186603201776 – Inquérito Civil Público nº 016/2016 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 21.39 E-doc nº 07010187125201711 – inquérito Civil Público nº 011/2014 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 21.40 E-doc nº 07010187275201725 – Inquérito Civil Público nº 040/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.41 E-doc nº 07010188246201781 – Inquérito Civil Público nº 10/2015; 28/2015; 11/2016 (6ª P.J. de Gurupi);
- 21.42 E-doc nº 07010189326201753 – Inquérito Civil Público nº 043/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.43 E-doc nº 07010189870201711 – Inquérito Civil Público nº 009/2014 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.44 E-doc nº 07010189775201718 – Inquérito Civil Público nº 13/2016 (5ª P.J. de Araguaína);
- 21.45 E-doc nº 07010189895201715 – Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.21.0202 (21ª P.J. da Capital);
- 21.46 E-doc nº 07010189908201731 – inquérito Civil Público nº 031/2007 (12ª P.J. de Araguaína);
- 21.47 E-doc nº 07010189809201758 – Inquérito Civil Público nº 020 e 021/2016 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22 Expedientes comunicando Instauração de Procedimentos Administrativos:
- 22.1 E-doc nº 07010187263201717 – Procedimento Administrativo nº 003/2017 (P.J. de Alvorada);
- 22.2 E-doc nº 07010186469201711 – Procedimento Administrativo nº 1002/2017 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.3 E-doc nº 07010186473201771 – Procedimento Administrativo nº 1004/2017 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.4 E-doc nº 07010186471201782 – Procedimento Administrativo nº 1003/2017 (5ª PJ Araguaína);
- 22.5 E-doc nº 07010186580201716 – Procedimento Administrativo nº 1007/2017 (5ª P.J. de Gurupi);
- 22.6 E-doc nº 07010186399201793 – Procedimento Administrativo nº 1001/2017 (9ª P.J. de Araguaína);
- 22.7 E-doc nº 07010186600201732 – Procedimento Administrativo nº 1010/2017 (9ª P.J. de Araguaína);
- 22.8 E-doc nº 07010186605201765 – Procedimento Administrativo nº 1011/2017 (6ª P.J. de Gurupi);
- 22.9 E-doc nº 07010187709201797 – Procedimento Administrativo nº 1046/2017 (7ª P.J. de Gurupi);
- 22.10 E-doc nº 07010189033201776 – Procedimento Administrativo nº 1099/2017 (5ª P.J. de Araguaína);

- 22.11 E-doc nº 07010189034201711 – Procedimento Administrativo nº 2017/17322 Portaria 016/2017 (22ª P.J. da Capital);
- 22.12 E-doc nº 07010189667201729 – Procedimento Administrativo nº 1115/2017 (6ª P.J. de Gurupi);
- 22.13 E-doc nº 07010189787201726 – Procedimento Administrativo nº 1118/2017 (5ª P. J. de Araguaína);
- 22.14 E-doc nº 07010189803201781 – Procedimento Administrativo nº 001/2017 (P.J. de Filadélfia);
- 22.15 E-doc nº 07010190225201725 – Procedimento Administrativo nº 1133/2017 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.16 E-doc nº 07010190227201714 – Procedimento Administrativo nº 1134/2017 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.17 E-doc nº 07010190178201711 – Procedimento Administrativo nº 1129/2017 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.18 E-doc nº 07010185199201713 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002560 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
- 22.19 E-doc nº 07010185580201782 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003035 (4ª P.J. de Colinas);
- 22.20 E-doc nº 07010185744201771 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003087 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.21 E-doc nº 07010185904201782 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003024 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.22 E-doc nº 07010185711201721 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003064 (1ª P.J. de Miranorte);
- 22.23 E-doc nº 07010185772201799 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003086 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.24 E-doc nº 07010186985201738 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003181 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.25 E-doc nº 07010186983201749 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003182 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.26 E-doc nº 07010186981201751 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003183 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.27 E-doc nº 07010186979201781 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003184 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.28 E-doc nº 07010188079201778 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003353 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.29 E-doc nº 07010188076201734 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003351 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.30 E-doc nº 07010188074201745 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003352 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.31 E-doc nº 07010188072201756 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003354 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.32 E-doc nº 07010188015201777 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003355 (6ª P.J. de Gurupi);
- 22.33 E-doc nº 07010188546201761 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003407 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.34 E-doc nº 07010188543201726 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003406 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.35 E-doc nº 07010188541201737 – procedimento Administrativo nº 2017.0003405 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.36 E-doc nº 07010190034201763 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003590 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.37 E-doc nº 07010190032201774 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003589 (5ª P.J. de Araguaína);
- 22.38 E-doc nº 07010190029201751 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003588 (5ª P.J. de Araguaína);
- 23 Expedientes informando prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Preparatórios:
- 23.1 doc nº 07010188187201741 – Procedimento Preparatório nº 2017.0001196 (12ª P.J. de Araguaína);
- 23.2 E-doc nº 07010188238201734 – Procedimentos Preparatórios n°s 2017.0001702, 2017.0001049, 2017.0001567 e 2017.0001132 9 (22ª P.J. da Capital);
- 23.3 E-doc nº 07010188248201771 – Procedimento Preparatório nº 2017.0000605 (6ª P.J. de Araguaína);
- 23.4 E-doc nº 07010189810201782 – Procedimento Preparatório nº 2017.0001393 (22ª P.J. da Capital);
- 24 Expedientes comunicando conversão de Procedimentos Preparatórios em Inquéritos Cíveis Públicos:
- 24.1 E-doc nº 07010186632201738 – Procedimento Preparatório nº 071/2012-22ªPJC em Inquérito Civil Público nº 071/2012 (28ª P.J. da Capital);
- 24.2 E-doc nº 07010186567201741 – Procedimento Preparatório nº 003/2014 em Inquérito Civil Público nº 003/2014 (28ª P.J. da Capital);
- 24.3 E-doc nº 07010187093201754 - Procedimento Preparatório nº 002/2011 em Inquérito Civil Público nº 002/2001 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
- 24.4 E-doc nº 07010187093201754 – Procedimento Preparatório nº 052/2015 em Inquérito Civil nº 052/2015 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
- 24.5 E-doc nº 07010187254201718 – Procedimentos Preparatórios nº 05/2012 e nº 10/2013 em Inquéritos Cíveis Públicos nº 005/2012 e nº 10/2013, respectivamente (28ª P.J. da Capital);
- 24.6 E-doc nº 07010188625201771 - Procedimentos Preparatórios 14/2015, 16/2015 e 19/2015 em Inquéritos Cíveis Públicos nº 14/2015, 16/2015 e 19/2015, respectivamente (P.J. de Filadélfia);
- 24.7 E-doc nº 07010185213201789 – Procedimento Preparatório nº 013/2013 em Inquérito Civil Público nº 013/2013 (P.J. de Wanderlândia);
- 24.8 E-doc nº 07010187260201767 – Procedimento Preparatório nº 010/2013 em Inquérito Civil Público nº 010/2013 (28ª P.J. da Capital);
- 25 Expediente informando arquivamento de Procedimentos Extrajudiciais:
- 25.1 E-dco nº 07010186073201766 - Notícia de Fato nº 2017.0001895 (7ª P.J. de Araguaína);
- 25.2 E-doc nº 07010188054201774 - Procedimentos Administrativos nº 01/2015, 02/2015 e 03/2015 (P.J. de Filadélfia);
- 25.3 E-doc nº 07010188533201791 – Procedimento Administrativo nº 004/2016 (2ª P.J. de Colinas);
- 25.4 E-doc nº 07010185186201744 – Procedimento Administrativo nº 001/2016 (7ª P.J. de Gurupi);
- 25.5 E-doc nº 07010185816201781 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002437 (5ª P.J. de Araguaína);
- 25.6 E-doc nº 07010187593201796 – Procedimento Administrativo nº 010/2015 (2ª P.J. de Colinas);
- 25.7 E-doc nº 07010187653201771 – Procedimento Administrativo nº 06/2016 (2ª P.J. de Colinas);
- 25.8 E-doc nº 07010188127201728 – Procedimento Administrativo nº 03/2016 (2ª P.J. de Colinas);
- 25.9 E-doc nº 07010187446201716 – Procedimento Administrativo nº 0397/2017 (6ª P.J. de Porto Nacional);

- 25.10 E-doc nº 07010188021201724 – Procedimento Administrativo nº 2017.0000575 (4ª P.J. de Colinas);
- 25.11 E-doc nº 07010189873201739 – Procedimento Administrativo nº 07/2016 (2ª P.J. de Colinas);
- 25.12 E-doc nº 07010186093201737 – Inquérito Civil Público nº 038/2017 (9ª P.J. de Gurupi);
- 26 Expedientes comunicando Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas – ACP:
- 26.1 E-doc nº 07010185669201749 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 001/2013 e 014/2015 (P.J. de Araguaçu);
- 26.2 E-doc nº 07010185641201711 - Inquérito Civil Público nº 2010/4162 – apenso Procedimento Administrativo nº 2011/13416 e Inquérito Civil Público nº 2012.18261 (22ª P.J. da Capital);
- 26.3 E-doc nº 07010186098201761 - Inquérito Civil Público nº 038/2017 (9ª P.J. da Capital);
- 26.4 E-doc nº 07010186614201756 - Inquérito Civil Público nº 003/2016 (8ª P.J. de Gurupi);
- 26.5 E-doc nº 07010186721201784 - Inquérito Civil Público nº 009/2016 (P.J. de Arraias);
- 26.6 E-doc nº 07010187110201753 - Inquérito Civil Público nº 014/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.7 E-doc nº 07010188002201714 – Inquérito Civil Público nº 03/2011 (2ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.8 E-doc nº 07010187515201791 - Procedimento Administrativo nº 002/2017 (P.J. de Araguaçu);
- 26.9 E-doc nº 07010187570201781 – Notícia de Fato nº 2016.25.11.26 (P.J. de Ananás);
- 26.10 E-doc nº 07010188484201796 - Inquérito Civil Público nº 011/2017 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.11 E-doc nº 07010188569201774 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 023/2015, 063/2015, 010/2016, 25/2016 e 036/2016 (4ª P.J. de Paraíso);
- 26.12 E-doc nº 07010187975201711 - Inquérito Civil Público nº 008/2014 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.13 E-doc nº 07010188274201714 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001832 (22ª P.J. da Capital);
- 26.14 E-doc nº 07010188274201714 – Inquérito Civil Público nº 2016/18750 (22ª P.J. da Capital);
- 26.15 E-doc nº 07010188247201725 – Inquérito Civil Público nº 001/2011 (6ª P.J. de Araguaína);
- 26.16 E-doc nº 07010188281201716 – Inquérito Civil Público nº 074/2017 (22ª P.J. da Capital);
- 26.17 E-doc nº 07010188378201711 – Inquérito Civil Público nº 102/2017 (22ª P.J. da Capital);
- 26.18 E-doc nº 07010188464201715 – Inquérito Civil Público nº 05/2016 (P.J. de Ananás);
- 26.19 E-doc nº 07010188700201711 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001387 (9ª P.J. de Gurupi);
- 26.20 E-doc nº 07010189160201775 – Inquérito Civil Público nº 004/2015 (P.J. de Formoso do Araguaia);
- 26.21 E-doc nº 07010189535201713 – Inquérito Civil Público nº 017/2014 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.22 E-doc nº 07010185305201769 – Inquérito Civil Público nº 206/2016 (6ª P.J. de Araguaína);
- 26.23 E-doc nº 07010185742201782 – Inquérito Civil Público nº 010/2016 (6ª P.J. de Araguaína);
- 26.24 E-doc nº 07010186121201716 – Inquérito Civil Público nº 18/2017 (9ª P.J. de Gurupi);
- 26.25 E-doc nº 07010187569201757 – Procedimento Administrativo nº 003/2017 (P.J. de Ananás);
- 26.26 E-doc nº 07010187437201725 – Inquérito Civil Público nº 004/2017 (P.J. de Itaguaitins);
- 26.27 E-doc nº 07010188214201785 – Procedimentos Administrativos nº 2017.0002756, 2017.0002757 e 2017.0002824 (5ª P.J. de Araguaína);
- 26.28 E-doc nº 07010188268201741 – Procedimento Administrativo nº 004/2017 (P.J. de Ananás);
- 26.29 E-doc nº 07010189368201794 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002635, 2017.0003086 e 2017.0003184 (5ª P.J. de Araguaína);
- 26.30 E-doc nº 07010189902201762 – Inquérito Civil Público nº 075/2016 (6ª P.J. de Araguaína);
- 27 Expediente comunicando Ajuizamento de Ação de Guarda:
- 27.1 E-doc nº 07010189641201781 – Inquérito Civil Público nº 029/2017 (9ª P.J. de Gurupi);
- 28 Expediente informando prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Administrativo:
- 28.1 E-doc nº 07010189026201774 – Procedimentos Administrativo nº 2016.15808 (22ª P.J. da Capital);
- 29 Expedientes informando arquivamento de Procedimentos Extrajudiciais sem remessa ao Conselho Superior:
- 29.1 E-doc nº 07010186393201716 – Procedimento Preparatório nº 016/2017 (9ª P.J. de Araguaína);
- 29.2 E-doc nº 07010188772201741 – Procedimento Administrativo nº 2017.000.2547 (5ª P.J. de Araguaína);
- 29.3 E-doc nº 07010188772201741 – Procedimento Administrativo nº 2017.000.2822 (5ª P.J. de Araguaína);
- 29.4 E-doc nº 07010188772201741 – Procedimento Administrativo nº 2017.000.2436 (5ª P.J. de Araguaína);
- 29.5 E-doc nº 07010189264201781 – Procedimento Administrativo S/nº 2012 (9ª P.J. de Araguaína);
- 29.6 E-doc nº 07010189267201713 – Procedimento Administrativo S/nº 2012 (9ª P.J. de Araguaína);
- 29.7 E-doc nº 07010189268201768 – Procedimento Administrativo S/nº 2012 (9ª P.J. de Araguaína);
- 29.8 E-doc nº 07010189270201737 – Procedimento Administrativo S/nº 2012 (9ª P.J. de Araguaína);
- 29.9 E-doc nº 07010189324201764 – Procedimento Administrativo nº 001/2016 (2ª P.J. de Colinas);
- 29.10 E-doc nº 07010189353201726 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003354 (5ª P.J. de Araguaína);
- 29.11 E-doc nº 07010189651201716 – Procedimento Administrativo nº 2017.12527 (5ª P.J. de Araguaína);
- 29.12 E-doc nº 07010189701201765 – Procedimento Administrativo nº 2017.0001870 (6ª P.J. de Porto Nacional);
- 30 Expedientes comunicando aditamento de Portaria de instauração:
- 30.1 E-doc nº 07010188120201714 - Inquérito Civil Público nº 01/2017 (9ª P.J. da Capital)
- 31 Expedientes informando pactuação de Termo de Ajustamento de conduta:
- 31.1 E-doc nº 07010186282201718 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 003/2013 e 003/2016 (11ª P.J. de Araguaína);
- 32 Expedientes comunicando conversão de Inquéritos Cíveis Públicos em Procedimentos Administrativo:
- 32.1 E-doc nº 07010189020201713 – Inquérito Civil Público nº 06/2017 em Procedimento Administrativo nº 03/2017 (7ª P.J. de Gurupi);

- 33 E-doc nº 07010154473201711 – Interessada: Dra. Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi. Assunto: Encaminha relação de Procedimentos Extrajudiciais (Inquéritos Cíveis Públicos e Notícias de Fatos) que foram arquivados e/ou objetos de ajuizamentos de ações judiciais, no período de 20/05/2016 até 23/02/2017;
- 34 E-doc nº 07010186934201714 – Interessado: Dr. João Neumann Marinho da Nóbrega. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Recomendação nº 02/2017 expedida no Inquérito Civil Público nº 05/2016;
- 35 Apreciação de feitos:
- 35.1 Feitos da relatoria do Conselheiro Clenan Renaut de Melo Pereira:
- 35.1.1 Autos CSMP nº 102/2016 – Interessada: 6ª Promotora de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 003/2012;
- 35.1.2 Autos CSMP nº 139/2016 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 363/2015;
- 35.1.3 Autos CSMP nº 156/2016 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 205/2015;
- 35.1.4 Autos CSMP nº 169/2016 – Interessada: 30ª Promotora de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2012.3.29.30.0017;
- 35.1.5 Autos CSMP nº 045/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 011/2006;
- 35.1.6 Autos CSMP nº 063/2017 – Interessada: 8ª Promotora de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 031/2013;
- 35.1.7 Autos CSMP nº 079/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 006/2012;
- 35.1.8 Autos CSMP nº 089/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 017/2016;
- 35.1.9 Autos CSMP nº 125/2017 – Interessada: 8ª Promotora de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 033/2014;
- 35.1.10 Autos CSMP nº 155/2017 – Interessada: 1ª Promotora de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 002/2015;
- 35.1.11 Autos CSMP nº 189/2017 – Interessada: 1ª Promotora de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 007/2016;
- 35.1.12 Autos CSMP nº 611/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 026/2016;
- 35.1.13 Autos CSMP nº 616/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 022/2016;
- 35.1.14 Autos CSMP nº 819/2017 – Interessada: Promotora de Justiça de Formoso do Araguaia do Tocantins. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 006/2016;
- 35.2 Feitos da relatoria do Conselheiro Alcir Raineri Filho:
- 35.2.1 Autos CSMP nº 146/2016 – Interessada: 5ª Promotora de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2015;
- 35.2.2 Autos CSMP nº 161/2016 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 334/2015;
- 35.2.3 Autos CSMP nº 002/2017 – Interessada: Promotora de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 003/2014;
- 35.2.4 Autos CSMP nº 037/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 26/2015;
- 35.2.5 Autos CSMP nº 052/2017 – Interessada: 1ª Promotora de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 014/2014;
- 35.2.6 Autos CSMP nº 071/2017 – Interessada: 9ª Promotora de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 34/2016;
- 35.2.7 Autos CSMP nº 147/2017 – Interessada: 24ª Promotora de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2010.2.29.25.0013;
- 35.2.8 Autos CSMP nº 839/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 07/2016;
- 35.2.9 Autos CSMP nº 1007/2017 – Interessada: 9ª Promotora de Justiça da Capital. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.09.0210;
- 35.2.10 Autos CSMP nº 1078/2017 – Interessada: Promotora de Justiça de Taguatinga. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 39/2015;
- 35.3 Feitos da relatoria do Conselheiro João Rodrigues Filho:
- 35.3.1 Autos CSMP nº 671/2016 – Interessada: 28ª Promotora de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 12/2013 (Relator: Marco Antonio Alves Bezerra). Com vista ao Conselheiro João Rodrigues Filho;
- 35.3.2 Autos CSMP nº 683/2016 – Interessada: 28ª Promotora de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2010/4682;
- 35.3.3 Autos CSMP nº 099/2017 – 6ª Promotora de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 074/2016;
- 35.3.4 Autos CSMP nº 113/2017 – Interessada: Promotora de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preliminar nº 011/2012;
- 35.3.5 Autos CSMP nº 118/2017 – Interessada: 3ª Promotora de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 017/2014;
- 35.3.6 Autos CSMP nº 123/2017 – Interessada: Promotora de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 002/2013;
- 35.3.7 Autos CSMP nº 183/2017 – Interessada: 22ª Promotora de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.22.0119;
- 35.3.8 Autos CSMP nº 205/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 186/2014;
- 35.3.9 Autos CSMP nº 210/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 143/2014;
- 35.3.10 Autos CSMP nº 215/2017 – Interessada: 2ª Promotora de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de

- Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 240/2015;
- 35.3.11 Autos CSMP nº 220/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 283/2015;
- 35.3.12 Autos CSMP nº 225/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 264/2015;
- 35.3.13 Autos CSMP nº 230/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 11/2011;
- 35.3.14 Autos CSMP nº 235/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 246/2015;
- 35.3.15 Autos CSMP nº 240/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 215/2014;
- 35.3.16 Autos CSMP nº 245/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 189/2014;
- 35.3.17 Autos CSMP nº 256/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Pium. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº s/nº 2010;
- 35.3.18 Autos CSMP nº 285/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo Preparatório nº 004/2008;
- 35.3.19 Autos CSMP nº 325/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Representação nº 005/2008;
- 35.3.20 Autos CSMP nº 335/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 012/2014;
- 35.3.21 Autos CSMP nº 340/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 024/2014;
- 35.3.22 Autos CSMP nº 357/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 001/2009
- 35.3.23 Autos CSMP nº 394/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Declínio de Atribuição das Peças de Informação nº 003/2010;
- 35.3.24 Autos CSMP Nº 424/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Peixe. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 002/2013;
- 35.3.25 Autos CSMP nº 489/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 005/2016;
- 35.3.26 Autos CSMP nº 494/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 006/2016;
- 35.3.27 Autos CSMP nº 499/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 004/2016;
- 35.3.28 Autos CSMP nº 543/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 035/2016;
- 35.3.29 Autos CSMP nº 667/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo s/nº 2009;
- 35.3.30 Autos CSMP nº 672/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº 005/2016;
- 35.3.31 Autos E-Ext. nº 2017.0000594 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2017.0000594;
- 35.4 Feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu:
- 35.4.1 Autos CSMP nº 459/2015 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2013.2.29.22.0041
- 35.4.2 Autos CSMP nº 143/2016 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 081/2015;
- 35.4.3 Autos CSMP nº 158/2016 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 354/2015;
- 35.4.4 Autos CSMP nº 173/2016 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 004/2012;
- 35.4.5 Autos CSMP nº 628/2016 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 040/2013;
- 35.4.6 Autos CSMP nº 750/2016 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público 009/2015;
- 35.4.7 Autos CSMP nº 765/2016 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 049/2015;
- 35.4.8 Autos CSMP nº 780/2016 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 037/2015;
- 35.4.9 Autos CSMP nº 800/2016 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório (Notícia de Fato) nº 024/2016;
- 35.4.10 Autos CSMP nº 826/2016 – Interessada: Promotoria de Justiça de Figueirópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 005/2015;
- 35.4.11 Autos CSMP nº 845/2016 – Interessado: Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GECEP. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.727.0149;
- 35.4.12 Autos CSMP nº 856/2016 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0040;
- 35.4.13 Autos CSMP nº 861/2016 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0002;
- 35.4.14 Autos CSMP nº 004/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0049;
- 35.4.15 Autos CSMP nº 019/2017 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.24.0009;
- 35.4.16 Autos CSMP nº 034/2017 – Interessada: 8ª Promotoria

de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 027/2015;

- 35.4.17 Autos CSMP nº 044/2017 - Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 024/2014;
- 35.4.18 Autos CSMP nº 49/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 026/2016;
- 35.4.19 Autos CSMP nº 062/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguaínas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 010/2016;
- 35.4.20 Autos CSMP nº 067/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 002/2016;
- 35.4.21 Autos CSMP nº 078/2017 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 025/2015;
- 35.4.22 Autos CSMP nº 114/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 007/2009;
- 35.4.23 Autos CSMP nº 129/2017 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2014;
- 35.4.24 Autos CSMP nº 144/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preliminar nº 009/2012;
- 35.4.25 Autos CSMP nº 159/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 117/2015;
- 35.4.26 Autos CSMP nº 174/2017 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 005/2015;
- 35.4.27 Autos CSMP nº 863/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 001/2017;
- 35.5 Feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra:
- 35.5.1 Autos CSMP nº 029/2013 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0200;
- 35.5.2 Autos CSMP nº 021/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 111/2015;
- 35.5.3 Autos CSMP nº 056/2017 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 004/2014;
- 35.5.4 Autos CSMP nº 075/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 001/2016;
- 35.5.5 Autos CSMP nº 085/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.22.0059;
- 35.5.6 Autos CSMP nº 151/2017 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 056/2015;
- 35.5.7 Autos CSMP nº 723/2017 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 051/2015;
- 36 Outros assuntos.

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 05 de dezembro de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 023/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Paraíso do Tocantins que, às 9h do dia 23 de janeiro de 2018, será instalada INSPEÇÃO na sede das Promotorias de Justiça, trabalhos que se estenderão até o dia 24, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar os Promotores de Justiça GUILHERME GOSELING ARAÚJO, JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE, THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA, ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA e ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE, a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 5 de dezembro de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

EDITAL Nº 024/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Araguacema que, às 9h do dia 25 de janeiro de 2018, será instalada INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar a Promotora de Justiça RUTH ARAÚJO VIANA a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 5 de dezembro de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

EDITAL Nº 025/2017

COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Palmas que, às 9h do dia 19 de fevereiro de 2018, será instalada INSPEÇÃO nas Procuradorias de Justiça deste órgão, trabalhos que se estenderão até o dia 23, servindo o presente para convocar os Procuradores de Justiça a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 5 de dezembro de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Portaria de Instauração - PP/1170/2017

Processo: 2017.0003025

PORTARIA

Instaura Procedimento Preparatório com a finalidade de apurar supostas irregularidades no fornecimento de iluminação pública no Setor Presidente Lula, em Araguaína-TO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguaína-TO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, II, da Constituição da República, que dispõe ser atribuição institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando as informações contidas no bojo da Notícia de Fato nº 2017.0003025, acerca de suposta deficiência no fornecimento de iluminação pública no Setor Presidente Lula, em Araguaína-TO;

Considerando que a iluminação pública é serviço público essencial de interesse local, e, por isso, de responsabilidade do município, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal;

Considerando que, em razão disso, a Constituição Federal permitiu, em seu art. 149-A, a instituição pelos municípios da Contribuição de Iluminação Pública, tributo de caráter sui generis, com possibilidade de arrecadação por meio da fatura de energia elétrica;

Considerando que a precariedade da iluminação pública fomenta a criminalidade e deixa vulnerável o cidadão;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que o artigo 129, inciso III, da Carta Política consagrou ao Ministério Público a função de promover a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, como um dos instrumentos ensejadores da consecução das finalidades institucionais, isto é, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, artigo 127);

Considerando, que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes públicos e dos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal.

Considerando a existência de interesses de elevada abrangência e repercussão, que aproveitam em maior ou menor medida a toda coletividade;

Considerando que as informações contidas na Notícia de Fato nº 2017.0003025 evidenciam a necessidade de apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais;

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Preparatório, com fundamento no art. 60, VI da LC Estadual 51/08, diante do que preceitua o artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 7.347/85, e art. 4º, §1º da Resolução 003/2008 do CSMP-TO, para apurar supostas irregularidades no fornecimento de iluminação pública no Setor Presidente Lula, em Araguaína-TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se na planilha específica de registro eletrônico;
- b) Comunique-se a instauração deste Procedimento Preparatório, imediatamente, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Oficie-se à Secretaria Municipal de Infraestrutura, encaminhando cópia da presente portaria e requisitando providências acerca do caso;
- d) Comunique-se a instauração deste Procedimento Preparatório ao noticiante, Sr. Romário Barbosa da Silva;
- e) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça, remetendo-se cópia para publicação na imprensa oficial, nos termos do art. 10, VII da Resolução 003/2008 do CSMP-TO;
- f) Na oportunidade, indico o Analista Ministerial Hugo Daniel Soares de Souza, Matrícula 127.214, lotado nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Araguaína/TO, 06 de dezembro de 2017.

Moacir Camargo de Oliveira
Promotor de Justiça
- em substituição automática -

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**Portaria de Instauração - PP/1169/2017**

Processo: 2017.0003729

Considerando as funções institucionais do Ministério Público, previstas no “caput” do artigo 127 e no inciso II do artigo 129 da Constituição Federal; na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), e na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar nº 51/2008);

Considerando a Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e a Resolução nº 003, de 09 de setembro de 2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins;

Considerando as atribuições desta Promotoria contidas no Ato PGJ nº 36/2017, a saber: “Promoção da tutela dos interesses difusos e coletivos na área da Saúde para a proteção, a recuperação e a redução do risco de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços públicos da Saúde, realizando atendimento ao público respectivo; acompanhamento permanentemente dos instrumentos de gestão e controle do Sistema Único de Saúde - SUS e execução das Políticas Públicas de Vigilância e Atenção à Saúde, com repercussão em todo o Estado”;

Considerando a denúncia anônima feita à Ouvidoria do Ministério Público Estadual (protocolo nº 07010188132201731), nos seguintes termos: “Peço à Dra Roseli, que acompanha a efetividade do SUS, auxílio em relação às demandas registradas na Ouvidoria do Hospital Dona Regina: registrei uma demanda há algum tempo e nunca tive retorno. A responsável pela Ouvidoria justifica que as direções técnica e clínica da maternidade não respondem as demandas solicitadas, ficando o demandante sem resposta e o serviço da Ouvidoria sem credibilidade nenhuma. É um importante dispositivo de controle social do SUS e os diretores técnicos e clínicos deveriam encarar com mais respeito, dando mais celeridades às demandas. Certo de contar com o apoio dessa renomada instituição, que tanto tem contribuído para melhorias no SUS, muito obrigada!”;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos do art. 196 da Constituição Federal;

Considerando as Normas Sanitárias acerca das Políticas Nacionais que regulamentam a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, bem como todo o ordenamento jurídico sanitário destinado a assegurar esse direito fundamental;

Decide instaurar Procedimento Preparatório, a fim de averiguar a inconformidade denunciada.

Designar o dia 10 de janeiro de 2017, às 16 horas para ouvir o Secretário de Saúde do Estado do Tocantins, MARCOS ESNER MUSAFIR e demais responsáveis pelo Setor de Ouvidoria do Hospital e Maternidade Dona Regina, designados pelo Gestor da Pasta, ocasião em que deverá apresentar esclarecimentos acerca da denúncia aqui tratada e documentação comprobatória sobre as providências tomadas pela gestão para a solução da inconformidade denunciada.

PALMAS, 06 de Dezembro de 2017

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA ROSELI DE ALMEIDA PERY
27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**EDITAL**

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003278, autuado a partir de denúncia apócrifa dando conta de possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria de Regularização Fundiária, diante da incompreensão da representação anônima e da impossibilidade de complementação da representação pelo denunciante. Informa ainda que caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 05 de dezembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003361, autuado a partir de de denúncia apócrifa registrada junto à Ouvidoria do MPE, como Procedimento nº 955/2017, dando conta de possível ilegalidade na demora da publicação do Edital de Licitação Tomada de Preço nº 006/2017 da Prefeitura de Palmas, tendo em vista a ausência de lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público. Informa ainda que caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003510, autuado a partir de denúncia apresentada via web em 07/10/2010 a qual foi registrada no sistema sob o nº WEB1541 em que citado noticiante expõe sua irrisignação com o Governo Estadual no tocante a nomeação de servidores concursados., tendo em vista que tendo em vista que os fatos trazidos no bojo desta Notícia de Fato encontram-se judicializados, não subsistindo justa causa para manutenção desta apuração. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003511, autuado a partir de denúncia registrada via web, em 01/02/2012, a qual foi registrada sob o nº WEB2451, em que relata fatos que evidenciam possível prática de delitos no âmbito da empresa Unimed Confederação, tendo em vista a falta de interesse de agir deste Parquet. Informa ainda que caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 30 de novembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003514, autuado a partir de denúncia apresentada via web em 20/09/2013 a qual foi registrada no sistema sob o nº 602/2013, em que o noticiante expõe sua irrisignação suposta inconstitucionalidade contida no edital do concurso da Polícia Militar do Estado consistente na previsão de eliminação do certame de candidatos portadores do vírus HIV, tendo em vista que bem como da ausência de quaisquer notícias de existência de candidatos prejudicados pela previsão, diante da falta de interesse de agir deste Parquet. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003520, autuado a partir de denúncia apresentada via web em 03/02/2011 e registrada sob o número WEB1543 em que o noticiante expõe sua irrisignação com o Governo Estadual no tocante a nomeação de servidores concursados, tendo em vista que os fatos trazidos no bojo desta Notícia de Fato encontram-se judicializados, não subsistindo justa causa para manutenção desta apuração. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0003575, autuado a partir de denúncia apresentada originariamente ao Ministério Público Federal por pessoa que não se identificou em que o noticiante expõe sua irrisignação com o Governo Estadual no tocante a nomeação de servidores concursados, tendo em vista que os fatos trazidos no bojo desta Notícia de Fato encontram-se judicializados, não subsistindo justa causa para manutenção desta apuração. Informa ainda que caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 05 de dezembro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AURORA DO TOCANTINS

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins toma pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotória de Justiça responsável, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 23/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO
FUNDAMENTOS: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; Lei 8.666/93, Lei de Improbidade Administrativa.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 018/2015

FATO EM APURAÇÃO: suposto ato de improbidade administrativa e dano ao erário decorrentes da disposição irregular de bens públicos (lotas 09-A e 09-B localizados na Rua Rio Grande do Sul, qd. 01, Combinado), seja por venda, doação ou permuta, por não atender aos requisitos legais.

INVESTIGADO: em apuração

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 23 de março de 2017

PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 24/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08
ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidades nas contas de ordenador de despesas do Município de Aurora do Tocantins-TO, referente ao exercício de 2006

INVESTIGADO: Dional Vieira de Sena

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 28 de março de 2017.